



## **CIRCULAR INFORMATIVA/CORONAVIRUS 19/ RECOMENDAÇÃO E ORIENTAÇÃO**

### **INSTITUIÇÕES DE ENSINO E ESCRITORIOS CONTÁBEIS ABRANGIDO PELA BASE TERRITORIAL DO SINTRAENSINO-SP.**

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Privados de Ensino de Ourinhos e Região, frente ao cenário pandêmico de COVID-19, e após vários pedidos de manifestações por parte de instituições e trabalhadores no que concerne a prevenção de possível alastramento da doença em estabelecimentos de ensino e eventual suspensão das aulas, vem expressar sua preocupação e demonstrar apoio a todos os trabalhadores representados por essa entidade sindical e recomendar as instituições de Ensino:

Recomendamos e orientamos que os estabelecimentos privados de ensino abrangidos por esse sindicato, suspendam suas aulas. A exposição dos professores e demais trabalhadores nos estabelecimentos privados de ensino fere o direito à vida, que é inalienável e está acima de qualquer outro direito, inclusive os de ordem econômica. Não interromper imediatamente as aulas, além de contribuir para a propagação da doença que assola o mundo, se traduz em medida irresponsável, no sentido ético e jurídico do termo.

Assim, os Estabelecimentos de Ensino privados e públicas do Estado de São Paulo, concluíram por um cronograma de paralisação programada de todas as atividades escolares a partir de **16/03/2020**, para prevenir a disseminação do coronavírus com a diminuição de aglomerações, emitindo NOTA.

Pelo cronograma, a partir desta segunda feira **16/03**, as instituições de ensino privado deverão continuar abertas, com dias letivos regulares,

realizando atividades de orientações sobre a doença para alunos e responsáveis que queiram participar.

**A partir de 23 de março**, as aulas deverão ser suspensas em todas os estabelecimentos de ensino públicos e privados. A suspensão das aulas nos estabelecimentos de ensino estará em vigor até nova determinação, conforme **NOTA CONJUNTA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PUBLICOS E PRIVADOS.**

As Instituições de Ensino possuem o dever legal de zelar pela prevenção de riscos no ambiente de trabalho, conforme observa-se na CLT e na Constituição da República. No mesmo sentido, a Convenção Internacional do Trabalho n. 155 indica que: ***"Em conformidade com a prática e as condições nacionais deverá ser protegido, de consequências injustificadas, todo trabalhador que julgar necessário interromper uma situação de trabalho por considerar, por motivos razoáveis, que ela envolve um perigo iminente e grave para sua vida ou sua saúde"***.

O Artigo 483 da CLT diz que **um funcionário não é obrigado a trabalhar em áreas que lhe ofereçam risco ou perigo iminente.** Se a empresa insistir em colocar o funcionário em risco, ele pode até mesmo exigir a rescisão do contrato se estiver correndo "**perigo manifesto de mal considerável**"

Cabe ressaltar que, **SUSPENSÃO** das aulas não significa **ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS ESCOLARES** e nem em descontos salariais, cabendo ser rigorosamente observado o disposto na **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DO SETOR.**





Portanto, diante do exposto, orientamos aos estabelecimentos privados de ensino abrangidos por esse sindicato, que os professores e demais trabalhadores não sejam penalizados pelo quadro pandêmico, com a indevida perda de férias ou com quaisquer outras formas de punição disciplinar ou de descontos salariais, cabendo RESSALTAR que:

- *Sejam elaboradas, excepcionalmente, tendo em vista a situação atípica, planejamento para contemplar o conteúdo previsto no plano pedagógico através de aulas remotas e/ou atividades extraclasse, pois não é cabível reposição, pela especificidade da situação;*
- *Manutenção do emprego de todos os professores e professoras que contraírem a doença ou que estiverem em situação de suspeita;*

Atenciosamente

SINTRAENSINO-SP